

<https://doi.org/10.26512/pl.v11i24.46120>

Artigo recebido em: 12/12/2022

Artigo aprovado em: 02/04/2023

Artigo publicado em: 26/06/2023

OPERARI SEQUITUR ESSE

a crítica de Schopenhauer à noção de livre arbítrio

OPERARI SEQUITUR ESSE

la critique de Schopenhauer sur la notion de libre arbitre

Alessandro Soares Silveira¹

(also.silveira@gmail.com)

62

Resumo: Schopenhauer considera o mundo enquanto representação, submetido à faculdade de apreensão do indivíduo, e enquanto vontade, impulso para autoafirmação, que constitui a realidade em si. A vontade objetivada na representação é determinada porque os fenômenos estão subordinados ao princípio de razão suficiente, segundo o qual nada existe sem uma razão pela qual exista. A vontade não submetida ao estatuto de fenômeno pode ser considerada livre e espontânea. O ser humano é dotado de uma essência volitiva, o caráter, imutável e atemporal, que se desdobra num caráter empírico. Tendo-se em conta a idealidade da essência individual, compreende-se como o indivíduo é determinado em suas ações com a mesma necessidade que são determinados todos os seres que existem. Suas decisões aparentemente arbitrárias são resultado do concurso da circunstância exterior (os motivos) e do caráter individual, ato indiviso e extratemporal da vontade.

Palavras-chave: Livre-arbítrio. Schopenhauer. Vontade. Motivo. Caráter.

Resumé: Schopenhauer considère le monde en tant que représentation, sujet à la faculté de l'appréhension de l'individu, et en tant que volonté, impulsion à l'affirmation de soi, qui constitue la réalité elle-même. La volonté objective dans la représentation est déterminée parce que les phénomènes sont soumis au principe de la raison suffisante, selon lequel rien n'existe sans raison d'exister. La volonté non soumise au statut de phénomène peut être considérée comme libre et spontanée. L'être humain est doté d'une essence volitive, le caractère, immuable et intemporel, qui se déploie dans un caractère empirique. En tenant compte de l'idéalité de l'essence individuelle, on comprend comment l'individu est déterminé dans ses actions avec le même besoin que sont déterminés tous les êtres qui existent. Ses décisions apparemment arbitraires sont le résultat du concours de la circonstance extérieure (les motifs) et du caractère individuel, acte individuel et extratemporel de la volonté.

Mots-clés: Libre arbitre. Schopenhauer. Volonté. Motif. Caractère.

¹ Graduado em Filosofia pela Faculdade São Luiz.
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1786190242633149>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3692-7145>.



INTRODUÇÃO

O presente artigo busca expor a crítica schopenhaueriana à ideia de liberdade moral, isto é, àquilo que se costuma chamar de livre-arbítrio. Para tal, é necessário partir da distinção entre as duas faces da realidade que dão base ao pensamento de Schopenhauer: o mundo como representação, isto é, enquanto objeto necessariamente condicionado na relação com o sujeito, e o mundo como vontade, essencialmente constituído pela força cega e irracional que anseia impetuosamente pela autoafirmação. Essas duas faces da realidade também dizem respeito ao que é o ser humano, sujeito de querer e representação fenomênica.

Para Schopenhauer, o mundo enquanto representação é regido pelo princípio de razão suficiente, princípio este que assegura que nada é sem uma razão porque seja. Assumido no pensamento único do autor, desempenha um papel importante na constatação de que o mundo como representação se constitui de uma cadeia necessária e determinada de causas e efeitos. No entanto, considerando que o mundo enquanto em-si é vontade livre e una, indivisa, dispensada das determinações de tempo, espaço e causalidade que dão forma às representações, a filosofia do autor parece conter um paradoxo: essência livre e aparência condicionada. A pesquisa empreendida busca esclarecer a solução schopenhaueriana da questão, não somente do ponto de vista metafísico ou epistemológico, mas sobretudo do ponto de vista ético, considerando o proceder do indivíduo enquanto livre ou determinado em suas ações.

63

1 REPRESENTAÇÃO E VONTADE

Arthur Schopenhauer inicia sua obra magna com uma proposição bastante assertiva: “O mundo é minha representação” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 3). Assim afirma que o mundo enquanto objeto do conhecimento está necessariamente condicionado à relação com o sujeito, existindo sempre *para* este. Neste ponto, o filósofo declaradamente se posiciona alinhado ao legado kantiano da distinção entre fenômeno e coisa em si, do qual se considera genuíno continuador. A representação, logo, se refere ao mundo enquanto fenômeno, objeto do conhecimento para um sujeito, numa relação indissolúvel entre o sujeito que percebe e o objeto percebido (Cf. ROGER, 2013, p. 64).

De modo igualmente assertivo, o pensador declara a impossibilidade da afirmação de uma existência objetiva absoluta do mundo, independente da mediação do sujeito. Pelo contrário: “Apenas a consciência é dada imediatamente, por isso o



fundamento da filosofia está limitado aos fatos da consciência, isto é, a filosofia é essencialmente idealista²” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 7).

A representação do mundo no sujeito, por sua vez, está sempre submetida a condições formais, às quais o filósofo atribui o caráter de *aprioridade*. São estas: o espaço, do qual procede a percepção das coisas exteriores como coexistentes e simultâneas; o tempo, do qual procede a percepção das coisas como sucessivas (Cf. SCHOPENHAUER, 2015a, p. 131); e a causalidade, que forma o vínculo entre tempo e espaço, sua limitação recíproca (Cf. SCHOPENHAUER, 1995, pp. 33-34). Congregados, tempo, espaço e causalidade constituem aquilo que Schopenhauer chama de princípio de razão, a forma de todo objeto, o modo universal da aparição fenomênica diante da consciência do sujeito.

Mas se Schopenhauer está de acordo com Kant em diversos aspectos do seu pensamento, ele rompe com este seu predecessor ao afirmar a intuitiva cognoscibilidade do *em-si* do mundo, o *númeno*.

A busca por compreender a essência sobre a qual se fundamenta o mundo enquanto representação, isto é, aquilo que o mundo pode ser para além de mero objeto para um sujeito, não poderia progredir considerando o ser humano unicamente como puro sujeito que conhece. Por isso, Schopenhauer se propõe a perscrutar a coisa em si partindo da consciência de que o sujeito cognoscente se enraíza no mundo como indivíduo, no qual o conhecimento é intermediado por um corpo que é o ponto de partida para a intuição do mundo. Assim como tudo o que existe, o núcleo do homem, sendo coisa em si, é vontade: “[...] não somos uma ‘cabeça de anjo alada’, mas possuímos um interior essencialmente volitivo, raiz de nossa existência. Somos essencialmente seres que querem, não importa o quê: somos desejo infinito, finitamente corporificado” (BARBOZA, 2003, p. 31).

A coisa em si é a vontade, força cega e irracional que anseia impetuosamente pela vida. Ela é essência de tudo o que cerca o homem e também essência do próprio homem. Tem um caráter de ubiquidade e anseia por afirmação (Cf. MONTEIRO, 2014, p. 28). Tanto o mundo como representação quanto o sujeito que o conhece são, essencialmente, constituídos pela mesma vontade, impulso cego que não quer nada senão esse mundo, a vida como existe. Afirma Schopenhauer:

2 “O termo “idealismo” engloba, na história da filosofia, diferentes correntes de pensamento que têm em comum a interpretação da realidade do mundo exterior ou material em termos do mundo interior, subjetivo ou espiritual.” Dentre as diferentes acepções do termo, Schopenhauer se insere no pensamento idealista transcendental (kantiano) gnosiológico, segundo o qual “os objetos de nossa experiência, enquanto dados no espaço e no tempo, como fenômenos, isto é, aparências, distinguem-se da coisa-em-si - a realidade enquanto tal [...]”. [Cf. MARCONDES, Danilo; JAPIASSU, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 98]



De minha sentença que diz que a ‘coisa em si’ kantiana ou o último substrato de toda aparição é a vontade eu não derivei apenas que também em todas as funções internas e inconscientes do organismo a vontade seja o agente, mas igualmente que esse corpo orgânico mesmo nada mais é além da vontade que penetrou a representação, a vontade mesma, apenas intuída na forma espacial da cognição (SCHOPENHAUER, 2018, p. 83).

Logo, abre-se ao homem uma via interior para o acesso à essência íntima das coisas, a qual não se poderia penetrar a partir do exterior. “[...] a coisa em si só pode chegar à consciência de maneira completamente imediata, vale dizer, tornando-se a si mesma consciente de si: querer conhecê-la objetivamente é contraditório” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 237). Ora, seria impossível para o indivíduo humano, submetido às condições formais de apreensão da realidade, conhecer a coisa em si a partir de sua experiência objetiva com o mundo. Mas é porque o ser humano é também essencialmente constituído por esta coisa em si que uma nova via de compreensão é possível: a via da introspecção, pela qual o sujeito se percebe como substancialmente sujeito que quer, sujeito de vontade, querer sem fim. Conhecimento objetivo é o que se tem das representações; o querer, porém, é o único algo que se pode conhecer imediatamente, internamente. Afirmar Barboza:

Estágios cada vez mais elevados e complexos da natureza revelam formas de vida variadas. Porém, o querer dentro delas é um só. A Vontade está tanto na pedra que cai quanto na força que solidifica o cristal de gelo; está na agulha magnética direcionada para o polo norte, [...] na planta que cresce. Enfim, no cosmo inteiro. O mundo é a manifestação, a visibilidade, o espelho da Vontade. (BARBOZA, 2003, pp. 34-35)

Para além do já exposto, Schopenhauer atribui também à vontade a característica da liberdade. Entretanto, para uma melhor compreensão do que o pensador quer dizer quando chama a vontade de livre, convém uma explanação do que ele entende pelo conceito de liberdade.

2 LIBERDADE E RAZÃO SUFICIENTE

Em tese de doutorado, “Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente” (1813), Schopenhauer se apropria de um princípio filosófico já conhecido, enunciado notavelmente por Leibniz segundo o qual “[...] não poder algum fato ser tomado



como verdadeiro ou existente, nem algum enunciado ser considerado verídico, sem que haja uma razão suficiente para ser assim e não de outro modo [...]” (LEIBNIZ, 1974, p. 66). O filósofo de Danzig prefere, porém, a formulação mais compacta, de Christian Wolff, que afirma que “Nada é sem razão porque seja ou pelo contrário não seja” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 37).

Necessário, em Schopenhauer, não é aquilo cujo contrário é impossível, como enunciam as definições mais clássicas. Para o autor, necessário é tudo aquilo que resulta de dada razão suficiente. Para ele, “[...] apenas reconhecemos que uma coisa depende, como efeito, de uma razão suficientemente conhecida, concebemo-la necessária, dado que todas as razões são necessitantes” (SCHOPENHAUER. [s.d.], p. 28). Daí se resolve que se há (ou houve) razão para que algo exista, esse algo existe necessariamente, como consequência natural de uma razão dada. Tal normatividade está inscrita nas formas *a priori* da consciência tal qual uma lei lógica.

Nossa consciência cognoscente, surgindo como sensibilidade externa e interna (receptividade), entendimento e razão, divide-se em sujeito e objeto, e não contém nada além disso. [...] Ocorre então, porém, que nossas representações se encontram numa ligação regular e *a priori* determinável segundo sua forma, graças à qual nada é por si subsistente e independente, também nada de singular e destacado pode tornar-se objeto para nós. O princípio de razão suficiente, em sua universalidade, expressa essa ligação (SCHOPENHAUER, 2019, p. 81).

A ligação regular que une as representações numa cadeia de causas e efeitos é produto da ação do princípio de razão suficiente que condiciona a apreensão dos fenômenos. Assim, rejeita-se a possibilidade de acaso, visto que tudo o que existe depende de uma razão suficiente anterior a si, a não ser que algo seja razão de si mesmo, espontaneidade absoluta. O princípio de razão suficiente, impondo-se particularmente à apreensão do mundo empírico, recebe o nome de causalidade.

A lei de causalidade atesta [...] que quando a modificação antecedente – a causa – começou a agir, a modificação consequente, provocada – o efeito – deve produzir-se impreterivelmente e com absoluta necessidade. Dado esse caráter de necessidade, o princípio de causalidade revela sua identidade como princípio de razão suficiente, do qual não é ele senão um aspecto particular. (SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 53.)

Na citação anterior, nota-se que o filósofo se refere à causalidade como um aspecto particular do princípio de razão suficiente. Isto porque, para ele, são quatro as formas de representação possíveis, pelo que existem quatro figuras do princípio



de razão. A causalidade refere-se a apenas uma dessas. Para cada uma dessas, segundo o filósofo, há um determinado tipo de força necessitante:

[...] existe, conforme as quatro figuras do princípio de razão, uma quadrúplice necessidade: (1) a lógica, segundo o princípio de razão do conhecer, em virtude da qual, quando são admitidas premissas, a conclusão é irrecusavelmente admitida; (2) a física, segundo a lei da causalidade, em virtude da qual, tão logo surge a causa, o efeito não pode deixar de ocorrer; (3) a matemática, segundo o princípio de razão de ser, em virtude da qual toda relação expressa por um teorema geométrico verdadeiro é assim como o afirma o teorema, e todo cálculo correto permanece irrefutável; (4) a moral, em virtude da qual todo homem, também todo animal, depois que para tanto apresenta o motivo, *tem de* realizar a única ação conforme a seu caráter inato e imutável, e que agora, consequentemente, se produz de modo tão inexorável como qualquer outro efeito de uma causa [...] (SCHOPENHAUER, 2019, p. 339).

No campo dos conceitos, a necessidade lógica une necessariamente as premissas válidas à conclusão consequente; no âmbito físico, a causalidade faz derivar necessariamente o efeito da causa dada; no que se refere à matemática, todo cálculo justo é irrefutável, necessariamente. Enfim, Schopenhauer fala da necessidade moral, segundo a qual as ações da vontade individual são necessariamente determinadas pela forma como o caráter do indivíduo reage a motivos que se lhe apresentam – esta uma forma de necessidade que será melhor esclarecida adiante.

67

2.1 O conceito negativo de liberdade

Em seu ensaio sobre o livre arbítrio, Schopenhauer conceitua a liberdade como ausência de qualquer impedimento e de qualquer obstáculo. A ideia de obstáculo significa um dado positivo (no sentido de positividade ontológica) ao passo que manifesta a existência de uma força contrária, pelo que a ideia de liberdade se torna, em contrapartida, um conceito negativo, uma ausência de impedimento e contrariedade. Para abarcar a ideia de livre arbítrio, Schopenhauer amplia o conceito de liberdade e o torna mais abstrato, definindo-o como simples ausência de toda a força necessitante. Por necessário entenda-se tudo aquilo que resulta de dada razão suficiente (Cf. SCHOPENHAUER. [s.d.], p. 19).

Partindo dessa compreensão, pode-se formular a distinção entre três tipos de liberdade. A liberdade física consiste na simples ausência de obstáculos materiais que possam ser entrave a uma determinada ação, de modo que o agente de tal ação não seja fisicamente impedido de agir conforme o seu desígnio. A liberdade intelectual é entendida como ausência de impedimentos à ação resultantes de corrupção do intelecto, ou seja, a



ação é livre quando a faculdade cognitiva, *sã*, opera corretamente, dando condições para uma sensata deliberação (Cf. SANTOS, 2010, p. 25).

A terceira forma da liberdade exige uma maior atenção. Trata-se da liberdade moral, o livre arbítrio. Ora, as duas formas anteriores da liberdade se referem à capacidade do sujeito agir, sem impedimento, conforme o desígnio da sua própria vontade, conforme aquilo que se quer. Schopenhauer, então, questiona se próprio querer do sujeito é livre? Ora, a potência de agir conforme o próprio querer é a liberdade empiricamente encarada. No livre arbítrio, porém, Schopenhauer põe em jogo a potência de querer: “Eu sou livre desde que possa fazer aquilo que quero. [...] E podes também querer o que queres?” (SCHOPENHAUER, [s.d.] p. 23).

Se o querer do indivíduo é determinado por algo anterior a si, não pode ser tido como livre. O filósofo de Danzig, mais uma vez, concorda com o seu predecessor, Kant, quando diz que um evento é livre quando é *causa sui*, espontaneidade absoluta, que não recebe outra determinação senão de si mesma. Afirma Kant:

Em contrapartida, se a liberdade deve ser uma propriedade de certas causas de fenómenos (*sic*), deve ser, relativamente a estes últimos, enquanto eventos, uma faculdade de os começar por si mesma (*sponte*), isto é, sem que a causalidade da causa possa começar por si mesma e, portanto, sem ter necessidade de nenhuma outra causa que a determine a começar (KANT, 1988, p. 133)

Aplicando-se isso ao caso do querer individual, portanto, apenas poderia ser considerada livre aquela volição que fosse isenta de qualquer relação ou dependência, que não surgisse de nenhuma força necessitante e fosse espontaneidade absoluta. Quando se considera a vontade enquanto em-si do mundo, para além do fenómeno, a situação é outra.

2.2 A vontade livre

Se necessidade e determinação regem o mundo enquanto submetido ao princípio de razão, bem outra é a face do mundo para além da representação. Da vontade, enquanto coisa em si, pode-se dizer certamente que é livre.

A vontade como coisa em si é absolutamente diferente da sua aparência, por inteiro livre das formas desta e nas quais penetra à medida que aparece, formas que, portanto, concernem somente à objetividade da vontade e são estranhas à vontade em si (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 131).



Esta, por não ser representação, nem objeto, mas coisa em si, está além das determinações formais de tempo, espaço e causalidade. Sua existência e seu operar não são consequências de um fundamento dado, de uma razão suficiente precedente, o que seria um fator necessitante.

Cada coisa, como aparência, como objeto, é absolutamente necessária. No entanto, em si, essa mesma coisa é vontade e esta é integralmente livre por toda a eternidade. A aparência, o objeto, é necessária e inalteravelmente determinada na cadeia de fundamentos e consequências, a qual não admite interrupção alguma (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 332).

69 Dessa forma, Schopenhauer busca justificar a coexistência entre liberdade e necessidade. O mundo enquanto representação, sob a forma de objeto para um sujeito, opera segundo uma corrente de eventos que se sucedem e concatenam ininterruptamente em causas e efeitos, “[...] numa ligação regular e a priori determinável segundo sua forma, graças à qual nada é por si subsistente e independente, também nada de singular e destacado pode tornar-se objeto para nós. O princípio de razão suficiente, em sua universalidade, expressa essa ligação.” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 81). O aparecer da vontade no fenômeno, portanto, se dá numa cadeia determinada de causas e efeitos. A essência do mundo, a vontade enquanto coisa em si, porém, permanece alheia a tempo, espaço e causalidade, e por isso é espontaneidade absoluta. Pode-se dizer, portanto, que a vontade é livre no seu ser e determinada no seu aparecer como fenômeno para um sujeito por causa da exigência própria do modo de apreensão da representação.

3 A TEORIA SCHOPENHAUERIANA DO CARÁTER

Admitindo-se que a vontade é a essência de toda a realidade, a fim de avançar em sua investigação sobre a suposta liberdade do homem, Schopenhauer se detém no exame do núcleo volitivo do indivíduo. Neste aspecto, é importante perceber como o filósofo rompe com toda uma tradição precedente que via o ser humano como ser essencialmente e fundamentalmente racional. Para o filósofo de Danzig, a racionalidade, compreendida como capacidade de reunir em conceitos as representações, não é o aspecto primordial do psiquismo humano. Nem mesmo a capacidade do entendimento de captar a realidade como representação é o fundamento do psiquismo individual. Se o homem também é essencialmente



constituído pela vontade enquanto caráter, admite-se que “[...] ao fundo das intuições intelectuais e das abstrações conceituais, no entanto, estão aspectos afetivos, que efetivamente direcionam o intelecto e determinam o posicionamento psíquico frente à efetividade” (FONSECA, 2011, p. 120). Todo homem é dotado de uma essência volitiva que é manifestação particular e caracterizada da vontade, à qual o filósofo dá o nome de caráter. Isto é, a vontade se manifesta de modo singular em cada indivíduo, de modo a assumir em cada um uma natureza particular, que Schopenhauer chama de caráter (Cf. MOTA, 2015, p. 162).

Nisto o homem não faz exceção ao restante da natureza: também ele tem sua natureza fixa, seu caráter imutável que, todavia, é bem individual e, em cada um, é outro. Para a nossa apreensão este é mesmo *empírico*, mas por isso mesmo apenas *fenômeno*. O que ele possa ser de acordo com a sua essência em si mesma chama-se *caráter inteligível* (SCHOPENHAUER, 1995, p. 91).

O ser humano não difere do restante da natureza quanto à fixidez e imutabilidade do caráter. Isso porque a existência de identidades fixas é perceptível na natureza em vários níveis. No nível inorgânico, a natureza obedece a leis e princípios que regem a realidade conforme estrita causalidade.³ Nos animais, o caráter corresponde à espécie, de modo que obedecem a um instinto, um modo de proceder, próprio da espécie. Quanto ao homem, porém, seu caráter tem expressões individuais claras (Cf. SCHOPENHAUER, 2015a, p. 152-153). O estatuto metafísico dessas leis naturais, espécies animais e caracteres individuais se compreenderá melhor quando se esclarecer o conceito schopenhaueriano de ideia, amálgama da coisa-em-si kantiana e das ideias platônicas. Escreve o filósofo:

O caráter inteligível coincide, portanto, com a Ideia ou, dizendo mais apropriadamente, com o ato originário da vontade que nela se objetiva: em verdade, não é apenas o caráter empírico de cada ser humano, mas também o caráter empírico de cada espécie animal, sim, de cada espécie vegetal e até mesmo de cada força originária da natureza inorgânica que deve ser visto como aparência de um caráter inteligível, isto é, de um ato indiviso e extratemporal da vontade (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 152).

Para compreender essa identificação do caráter com as ideias, convém antes compreender a que Schopenhauer se refere ao tratar de ideias, assim como a distinção entre

³ “Mas a própria matéria é somente a perceptibilidade das aparições da vontade. Por isso é preciso reconhecer, em toda ânsia que parte da natureza de um ente material [...] um *querer*, e não há, portanto, nenhuma matéria sem manifestação da vontade. A manifestação mais baixa e por isso mais geral da vontade é a gravidade: por isso foi considerada uma força fundamental essencial à matéria.” [SCHOPENHAUER, 2018, p. 139, grifo do autor]



caráter empírico e inteligível, pelo que se propõe uma análise mais pormenorizada.

3.1 A compreensão schopenhaueriana de ideia e de caráter

A vontade fora do tempo e do espaço é una e indivisa. A pluralidade de indivíduos e figuras que se apresentam no mundo dos fenômenos não pertence à vontade propriamente, mas apenas à sua objetivação espaço-temporal. Mas entre a vontade indivisa e a aparição determinada na representação há, porém, a instância mediadora das ideias, conceito do qual Schopenhauer se apropria de Platão.

Segundo Platão, “[...] existem determinadas entidades fundamentais e independentes, as ideias, que são imutáveis, e as coisas mutáveis com as quais temos contato direto através da experiência dependem, para sua existência e natureza, das ideias” (NATORP, 2012, p. 9).

Para Schopenhauer, as ideias são “[...] arquétipos eternos e imorredouros das coisas, confundindo-se com as espécies da natureza [...] Elas, em realidade, fazem a *intermediação* entre o em-si e os fenômenos” (BARBOZA, 2003, p. 35). Assemelham-se à vontade ao passo que são atemporais e alheias ao espaço e à causalidade. Elas são atos isolados e simples da vontade, objetividade imediata desta, e seu estatuto metafísico independe das determinações do princípio de razão. Como já se mencionou previamente, dividem-se em forças naturais, espécies e caracteres individuais.

O núcleo volitivo do sujeito possui uma existência ideal, é o caráter inteligível. Este é a vontade como coisa em si na medida em que aparece num determinado indivíduo e num determinado grau. O caráter inteligível é metafísico, imutável (porque está fora do tempo), absolutamente livre (já que é objetividade não fenomênica da vontade livre) e incorrigível.

A citada liberdade deste caráter é encarada apenas no aspecto transcendental, haja vista que este é um ato indiviso e extratemporal da vontade, que enquanto tal é liberdade absoluta e espontaneidade absoluta (Cf. PEDREIRA, 2017, p. 148). Esclarece Debona (2013, p. 35, grifo do autor): “[...] é no caráter inteligível como ideia que a Vontade macrocósmica se objetiva e passa a constituir cada microcosmo humano; este que é imutável e consiste, em sua essência, em *impulso* e *instinto*”. Sendo o indivíduo um microcosmo que é objetivação do macrocosmo da vontade, instintiva, Schopenhauer colabora para desconstruir um primado da consciência admitido pela filosofia por muito tempo. Em sua filosofia ocorre, portanto, “[...] o reconhecimento e a valorização de um vasto e inaudito psiquismo inconsciente determinado por um caráter originário que só pode ser conhecido através de seus atos sucessivos no tempo” (FONSECA, 2011, p. 120).



O caráter inteligível é determinante para a questão da suposta liberdade moral do indivíduo. *A priori*, cada indivíduo, analisando sua consciência, se considera livre, imaginando que diante de motivos dados, diante da circunstância que se lhe apresenta, qualquer escolha é possível. Todavia, só *a posteriori* reconhece que seu agir foi produzido de modo completamente necessário a partir do confronto do caráter com os motivos. O pessimista escreve em seus aforismos:

A metade objetiva do presente e da realidade está nas mãos do destino e, por isso, é alterável. A subjetiva somos nós mesmos. Por conseguinte, ela é, em essência, inalterável. Em conformidade com isso, a vida de cada homem, apesar de todas as mudanças exteriores, carrega sempre o mesmo caráter [...]. Ninguém pode fugir da sua individualidade (SCHOPENHAUER, 2009, p. 6).

Quando o indivíduo deve fazer uma escolha diante da multiplicidade de motivos que o intelecto lhe apresenta, a decisão é sempre inconscientemente determinada a partir da índole, do caráter individual. Este é um “[...] elemento ativo e que determina o próprio fluxo das associações entre determinados pensamentos” (FONSECA, 2011, p. 126). A consciência ingênua pode alegar ter escolhido livremente como proceder, sendo que, na verdade, agiu necessariamente conforme determinou o caráter do indivíduo, que é inato e livre.

Todavia, relativamente à necessidade racional em virtude da qual, de dois desejos opostos, é um e não outro que passa ao estado de volição e de ato, a consciência não pode facultar esclarecimentos precisos, porque esta mesma colhe o resultado (do conflito dos motivos) somente *a posteriori* (SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 37, grifo do autor).

Para Schopenhauer, no ser humano, não há distinção entre ser e querer, assim como também o querer determina o agir.

[...] a vontade do homem não é outra senão o seu *eu* propriamente dito, o verdadeiro núcleo do seu ser: e é ela também que constitui o próprio fundo de sua consciência, o *substractum* imutável e sempre presente, do qual não consegue libertar-se para proceder de forma diversa. Dado que ele próprio é como *quer*, ele *quer* como é (SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 43, grifo do autor).

Apesar de ser tão intimamente constitutivo do sujeito, o caráter inteligível não pode, porém, ser conhecido imediatamente. Pelo contrário, esse *substractum* imutável nos aparece fenomenicamente condicionado como caráter empírico. Por estar para além do domínio do princípio de razão, o caráter inteligível só pode ser conhecido através das suas manifestações na realização das ações do indivíduo, como que por analogia.



Aquilo que o ser humano é capaz de conhecer sobre si é o chamado caráter empírico.

O caráter empírico é a exteriorização, no tempo e nos atos do indivíduo, do caráter inteligível, sendo tão somente querer fenomênico. E como querer fenomênico, encontra-se dependente, de modo necessário, da presença dos motivos que determinam a forma de exteriorização do caráter inteligível (PEDREIRA, 2017, p. 151).

Só se pode conhecer o caráter, tanto o próprio quanto o de outrem, através da experiência, através das próprias ações e das dos outros. Sendo impossível prever as prescrições do caráter inteligível antes que esse se manifeste em resolução e ação, é impossível prever como alguém se comportaria diante de uma determinada motivação até que esta, de fato, se lhe apresente.

O caráter empírico acena para a unidade e imutabilidade do caráter inteligível através de manifestações fragmentárias. É aparição fenomenicamente condicionada de um estado permanente do sujeito do querer, incognoscível e posto fora do tempo (Cf. DEBONA, 2013, p. 39). É o caráter inteligível, ideia particular não submetida às formas do princípio de razão, que determina o caráter empírico. Durante o decurso da vida do indivíduo, o caráter empírico oferece uma cópia do que é o caráter inteligível, porém, apenas no que se refere ao que há de mais essencial. Quanto ao não-essencial do decurso da vida, os eventos e ações mais detalhadamente são determinados pelo destino⁴, pela circunstância externa que fornece os motivos aos quais o caráter reage conforme a sua natureza. Se os motivos determinam como o caráter se manifesta especificamente em determinada situação, a essência do indivíduo, porém, permanece inalterável.

Quem tem de viver entre os homens não deve condenar, de maneira incondicionada, individualidade alguma, nem mesmo a pior, a mais mesquinha ou a mais ridícula, pois ela foi definitivamente estabelecida e ofertada pela natureza. Deve-se, antes, tomá-la como algo imutável que, em virtude de um princípio eterno e metafísico, tem de ser como é. Quanto aos casos mais lamentáveis, deve-se pensar: “É preciso que haja também tais tipos no mundo” (SCHOPENHAUER, 2015a, pp. 199-200).

Sendo o caráter empírico a exteriorização fenomênica do caráter inteligível, submete-se às leis que regem os fenômenos, propriamente. O agir do indivíduo está sujeito, portanto, às condições formais de tempo, espaço e causalidade, sendo esta última muito importante para a compreensão da crítica schopenhaueriana à ideia de liberdade moral, pelo que convém uma

⁴ O filósofo não teme usar o termo destino para falar da parte da experiência que é objetiva e exterior ao sujeito, que procede independentemente deste. [Cf. SCHOPENHAUER, 2009, p. 6.] [nota do autor]



explicação mais detalhada dos seus distintos modos de operar.

4 CAUSA, ESTÍMULO E MOTIVO

De acordo com Schopenhauer, no que se refere ao mundo como representação, a causalidade rege a cadeia dos fenômenos de maneira imperiosa. “Todas as modificações que têm por teatro o mundo exterior estão, pois, submetidas à lei de causalidade e, consequentemente, [...] são revestidas do caráter da mais palpitante necessidade” (SCHOPENHAUER. [s.d.], p. 53). Todavia, de acordo com a diferença que há entre corpos inorgânicos, plantas, animais e seres humanos, Schopenhauer descreve três formas de aparecimento da causalidade da natureza: causa (estritamente), estímulo e motivo, cada uma correspondente a uma determinada classe de seres.

A causalidade no sentido mais restrito opera sobre os corpos inorgânicos, é a lei segundo a qual todas as mutações mecânicas, físicas e químicas se produzem nos objetos da experiência. Nesse caso, a ação corresponde à reação e o grau de intensidade de uma causa corresponde, proporcionalmente, ao grau de intensidade do seu efeito, assim como prevê a física newtoniana quando diz que a toda ação corresponde uma reação de igual intensidade em sentido oposto.

A causalidade também se mostra como excitação quando rege todas as determinações dos organismos considerados como tais, isto é, rege as modificações unicamente orgânicas e vegetativas. É a forma da causalidade que produz o desenvolvimento das plantas, além de gerir as funções dos corpos animais (Cf. ROCHAMONTE, 2014, p. 5). Essa manifestação da causalidade difere daquela anteriormente descrita pois não há mais correspondência entre o grau do efeito e o da causa: “[...] um aumento mínimo na causa excitadora pode provocar um sensibílimo aumento no efeito ou, pelo contrário, provocar um absolutamente oposto” (SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 56).

A terceira forma da causalidade, aquela que age mediada pela inteligência e que rege as ações dos animais, é chamada motivação. Tanto seres humanos quanto animais são afetados por essas representações presentes na consciência que tem por consequência uma ação determinada. Podem agir como motivos tanto uma representação intuitiva, como é o caso dos animais, quanto conceitos (entendidos, pelo filósofo, como representações de representações), o que é propriamente humano.

Tendo-se a consciência de que as ações resultam do confronto dos motivos com o caráter, logicamente isso se dá de formas distintas nos animais quanto nos



humanos: nestes o carácter é claramente individual, enquanto naqueles corresponde à espécie, de modo que obedecem a um instinto, um modo de proceder, próprio da espécie (Cf. MOTA, 2015, p. 162). Além disso, deve se considerar também o papel do intelecto humano.

Humanos e animais compartilham de um arbítrio, assim compreendido: “Arbítrio é a vontade ali onde ela é iluminada pela cognição, onde, portanto, motivos, isto é, representações, agem como sua causa motora [...]” (SCHOPENHAUER, 2018, p. 68). É a instância onde os motivos se apresentam à vontade individual e digladiam-se entre si, de modo que o mais forte determine a ação. Por motivo Schopenhauer compreende o seguinte: “O motivo pode ser definido como um estímulo externo, cuja ocasião gera uma imagem no cérebro, sob cuja mediação a vontade realiza o efeito propriamente dito, a ação corporal” (SCHOPENHAUER, 2018, p. 68).

A vontade que conserva a vida é a mesma tanto nos diversos vegetais quanto nos animais, com a diferença de que o animal é dotado da faculdade de representação, chamada de entendimento ou intelecto. O cérebro se torna, portanto, o órgão propriamente animal, e a existência de um órgão especificamente relacionado à função de representar o mundo é o que marca o limiar entre os organismos vegetais e a animalidade mais básica, por mais que o filósofo reconheça a diferença na complexidade deste órgão nos animais. Escreve Schopenhauer (2015a, p. 175): “O conhecimento aparece representado pelo cérebro ou por um grande gânglio; precisamente como qualquer outro esforço ou determinação da vontade que se objetiva é representado por um órgão, quer dizer, expõe-se para a representação como um órgão”. Essa faculdade de representação é sempre secundária em relação à vontade e está posta a serviço dela.

[...] a vontade equipou-se em todas as formas animais com um *intelecto*, como meio para a manutenção do indivíduo e da espécie. [...] Por consequência, o intelecto é destinado exclusivamente ao serviço da vontade e é em toda a parte precisamente adequado a ela (SCHOPENHAUER, 2018, p. 100, grifo do autor).

A complexificação do organismo animal corresponde à complexificação de suas necessidades: nutrição, reprodução, caça e autodefesa, sempre em vista da manutenção própria e da espécie. Daí, então, se compreende a proeminência do entendimento humano e de sua razão em comparação com os demais animais. O homem carece de armas ou camuflagens naturais, sua força muscular é inferior à dos outros símios do seu tamanho, não se locomove tão rapidamente quanto a maioria dos predadores, sua proliferação é lenta e seu



amadurecimento ainda mais lento. Todas essas exigências só puderam ser superadas por forças intelectuais tão sobressalentes, destinadas a servir aos fins da vontade.

Quando a causalidade opera através de motivos, as ações do indivíduo são consequência de representações presentes na consciência. Se, porém, o instinto dos animais reage àquilo que se representa no momento presente, o ser humano é capaz de ter diante de si motivos abstratos. Os animais são capazes apenas de representações sensíveis, vivendo sempre restrito ao momento presente: “[...] têm apenas representações intuitivas, não têm conceitos nem reflexão, estão portanto presos ao presente e não podem levar em conta o futuro” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 175).

Quanto ao ser humano, através da sua capacidade de formar representações não sensíveis, abstratas, seu horizonte abarca tanto objetos presentes quanto ausentes, o futuro e o passado. Junto com essa capacidade de memória e previsão, amplia-se em muito o panorama da consciência do indivíduo:

[...] coube-lhe, por assim dizer, uma potência mais elevada do conhecimento intuitivo, um reflexo deste: a razão como a faculdade de conceitos abstratos. Com esta surge a clareza de consciência, contendo panoramas do futuro e do passado, e, em consequência dela, a ponderação, o cuidado, a habilidade para a ação calculada e independente do presente. [...] o instinto entra por completo no segundo plano; a ponderação, que agora deve a tudo substituir, produz (como exposto no primeiro livro) vacilações e incertezas: o erro torna-se possível, obstando em muitos casos a adequada objetivação da vontade em atos. [...] um avaro dá esmolas por puro egoísmo na esperança de um retorno cem vezes maior, e assim por diante (SCHOPENHAUER, 2015a, pp. 176-177).

Vê-se como a motivação humana, apesar de todas as suas especificidades, não passa de uma forma de causalidade que diverge somente em grau do restante da natureza. Assim, “Não há fenômeno mais ou menos causal na torrente dos eventos submetidos ao princípio de razão. A diferença é que o indivíduo tem a ilusão de poder decidir entre os motivos que lutam em sua consciência, até que um deles vença e determine a ação” (BARBOZA, 2003, p. 32). As ações do homem são necessárias, tanto quanto são necessários os efeitos das causas sobre os seres não vivos, tanto quanto são necessárias as respostas aos estímulos externos no caso dos vegetais, por exemplo. Aceitar que o ser humano é capaz de um *liberum arbitrium indifferentiae*⁵ seria o

⁵ O filósofo usa essa expressão clássica para designar o que ele compreende por aquele pretensão livre arbítrio moral que é por ele negado. Eis como o autor define este termo: “[...] a vontade que não fosse determinada por razão alguma, digamos por nada, dado que qualquer coisa que determina outra ou é uma razão ou uma causa; seria uma vontade cujas manifestações individuais (volições) surgiriam por acaso e sem qualquer provocação, independentemente de todo vínculo causal e de toda regra lógica.”



mesmo que aceitar a possibilidade de efeitos sem causas, o que seria um disparate.

5 OPERARI SEQUITUR ESSE

Operari sequitur esse: o agir segue o ser. A expressão latina que intitula esse tópico serve bem como conclusão do caminho até agora percorrido. Esta é utilizada pelo próprio filósofo, mas não foi por ele formulada. É herdada da tradição escolástica: “[...] visto que nada opera senão na medida em que está em ato, *o modo de agir de toda coisa é uma consequência de seu modo de existir*” (TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae*, I, q.89, a.1, r.).⁶

Aquilo que Tomás de Aquino entende por existir, por *esse*, no caso do ser humano, Schopenhauer entende por caráter individual enquanto vontade. Logo se vê como a interpretação schopenhaueriana determinista diverge daquela do doutor angélico, tendo em conta que o filósofo de Danzig se fundamenta na identidade entre ser e querer. Assim ele descreve essa identificação no ser humano:

77

Dado que ele próprio é como *quer*, ele quer como *é*. Quando, pois, se lhe interroga se desejaria *querer* diversamente de que quer, pergunta-se-lhe, ainda no fundo, se poderia ser diverso do que é; o que ele ignora totalmente. (SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 42)

De modo igualmente esclarecedor, diz em outro trecho: “Todo homem apenas faz o que deseja e, portanto, age sempre de modo necessário. E a razão está no fato de que ele é já *aquilo que quer*: porque tudo o que ele faz decorre naturalmente do que *é*” (SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 106, grifo do autor). Ora, compreende-se que o sujeito age de acordo com seu desejo. Pode-se questionar, porém, se a existência de diversas formas de satisfação deste desejo não justificaria a liberdade de escolha. Acontece, porém, que dentre as diversas possibilidades de satisfação da vontade, a consciência do sujeito optara por *uma* destas: no ato de deliberação entre opções igualmente razoáveis entra em cena o caráter como “[...] elemento ativo e que determina o próprio fluxo das associações entre determinados pensamentos” (FONSECA, 2011, p. 126).

Por mais que a ação do indivíduo se dê no horizonte de alguma circunstância e sob influência dessa, continua sempre a corresponder à essência do agente. Assim é porque as ações

[SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 25-26]

⁶ TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. v. 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005, p. 573. [Grifo nosso]



resultam da interação de duas instâncias: daquela interna ao sujeito, seu caráter, e a instância externa dos motivos, representações que se apresentam à consciência. Se o que há de exterior participa na determinação da ação, assim faz apenas condicionando o modo de manifestação do que é interior, define apenas o modo concreto e circunstancial como o caráter se exterioriza como ação. O motivo “[...] dá ao caráter em cada caso apenas uma direção decisiva, individualiza-o para o caso concreto” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 414.).

Também o intelecto, que apresenta os motivos à consciência, não impede o liame entre ser e agir, haja visto que é “destinado exclusivamente ao serviço da vontade e é em toda a parte precisamente adequado a ela” (SCHOPENHAUER, 2018, p. 100). Já se demonstrou como apenas uma escolha é possível diante das opções de ação que se apresentam ao sujeito e, nesse processo, o intelecto é mero espectador que acredita escolher, sendo que a vontade já determinou como o indivíduo vai agir quando a ocasião surgir.

É por isso que no mundo da experiência a máxima *Operari sequitur esse* (as ações são conformes à essência) é uma verdade que não comporta exceções. Toda coisa age de acordo com a própria natureza; e sua natureza se mostra precisamente por meio das suas ações extrínsecas ativas, debaixo do impulso dos motivos. Do mesmo modo, todo homem age de conformidade com o que é, e a ação consoante à sua natureza é determinada, caso por caso, pela influência necessitante dos motivos. Por consequência, a liberdade que não pode existir no *Operari* (a ação), deve necessariamente residir no *Esse* (o ser) (SCHOPENHAUER, [s.d.], p. 105, grifo do autor).

As ações do homem se encaixam na cadeia das causas e efeitos próprios da dimensão dos fenômenos. Os efeitos no mundo sensível não se iniciam espontaneamente, porque estes são sempre anteriormente determinados por condições empíricas no tempo que precede e são possíveis unicamente como uma continuação da série das causas naturais. Donde resulta que aquilo que acontece, acontece necessariamente. O caráter inteligível, que é ato indiviso e extratemporal da vontade, absolutamente livre e espontâneo manifesta-se no tempo e espaço como caráter empírico cujas ações são possíveis unicamente como uma continuação da série de causas naturais. Ao mesmo tempo coexistem a liberdade (transcendental) e determinação, de modo que a aceitação da possibilidade de efeitos sem causas (como prevê a pretensa liberdade moral do indivíduo), seria um contrassenso (Cf. ROCHAMONTE, 2014, p. 6).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base da teoria schopenhaueriana é a sua compreensão do mundo em duas faces: enquanto representação, quando sujeito à limitada faculdade de apreensão do indivíduo; e enquanto vontade, impulso para afirmação, livre e irracional, que constitui a realidade em-si. Quando a vontade se objetiva na representação como fenômeno para a percepção humana, assim o faz de maneira ordenada e determinada. Isto porque os fenômenos estão subordinados à normatividade do princípio de razão suficiente, segundo o qual nada existe sem uma razão pela qual exista: da mesma forma, a causa é razão da existência do efeito.

Só seria livre do dito princípio aquele efeito que não tivesse causa ou fosse causa de si mesmo, o que se mostrou impossível pois todo fenômeno sempre depende de uma condição que lhe é precedente para o seu realizar-se. A vontade, porém, não estando submetida ao estatuto de fenômeno, pode ser considerada livre e espontânea: a exigência de uma condição precedente para sua existência e seu operar não se lhe aplica pois está fora do tempo, do espaço e do domínio da causalidade.

Se é a vontade que constitui o em-si da realidade, também o ser humano é dotado de uma essência volitiva alheia ao estatuto de fenômeno. Foi essa tese que se expôs ao se tratar a questão do caráter humano, imutável e eterno, que se desdobra num caráter empírico através da ação no mundo propriamente. É tendo-se em conta essa idealidade da essência individual que se compreende como o indivíduo é determinado em suas ações com a mesma necessidade que são determinados todos os seres que existem. Suas decisões aparentemente arbitrárias na verdade resultam do concurso da circunstância exterior (motivos) e do caráter individual.



REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Jair L. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- DEBONA, Vilmar. Um caráter abissal – a metafísica schopenhaueriana da Vontade como caracteriologia. *Voluntas*. Santa Maria: UFSM, v. 4, n. 1, p. 33-65, jan./jun. 2013.
- FONSECA, Eduardo Ribeiro da. Sobre Schopenhauer e as imperfeições do intelecto humano. *Voluntas*. Santa Maria: UFSM, v. 2, n. 1, p. 119-128, jan./jun. 2011.
- KANT, Immanuel. *Prolegômenos a toda metafísica futura*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Kalouste Gulbenkian, 2001.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *A Monadologia*: Discurso de metafísica e outras obras. Trad. Marilena de Souza Chauí Berlinck. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 66 (Os Pensadores).
- MARCONDES, Danilo; JAPIASSU, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MONTEIRO, Fernando J. S. *10 Lições sobre Schopenhauer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MOTA, Rodrigo. Caráter e liberdade da vontade em Arthur Schopenhauer. *Voluntas*. Santa Maria: UFSM, v. 6, n. 1, p. 155-170, jan./jun. 2015.
- NATORP, Paul. *Teoria das ideias de Platão*. Uma introdução ao idealismo. Trad. Euclides Calloni e Saulo Krieger. v. 1. São Paulo: Paulus, 2012.
- PEDREIRA, André Luiz S. Comentários sobre os conceitos de caráter inteligível, caráter empírico e caráter adquirido em Schopenhauer. *Problemata*. João Pessoa: UFPB, v. 8, n. 3, p. 143-159, jan./dez. 2017.
- ROCHAMONTE, Catarina. Duração e causalidade ou liberdade e determinismo, segundo Bergson e Schopenhauer. *Lampejo*. Fortaleza: Grupo de estudos Schopenhauer-Nietzsche, n. 5, p. 3-14, jan./jun. 2014.
- ROGER, Alain. *Vocabulário de Schopenhauer*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- SANTOS, Kátia C. S. Os graus de negação da Vontade e a liberdade na filosofia de Schopenhauer. *Voluntas*. Santa Maria: UFSM, v. 1, n. 2, p. 33-47, jul./dez. 2010.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Aforismos para a sabedoria de vida*. Trad. Jair Barboza. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O livre arbítrio*. São Paulo: Formar, [s.d.].
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente*. Trad. Oswaldo G. Junior e Gabriel V. Silva. Campinas: editora Unicamp, 2019.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. Trad. Maria Lúcia O. Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Tomo 1º. Trad. Jair Barboza. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015a.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Tomo 2º: Suplementos aos quatro livros do primeiro tomo. Trad. Jair Barboza. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015b.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre a vontade na natureza*. Trad. Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. v. 2. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

